



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



1

2 **225ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo**

3

4 **Ata da reunião ordinária do pleno do CES/SP de 31/01/2014**

5

6 Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e quatorze foi realizada a
7 ducentésima vigésima quinta reunião ordinária do Pleno do CES/SP, na sala 600 do
8 Conselho Estadual de Saúde, no 6º andar do prédio do Gabinete do Secretário, com
9 as seguintes presenças e representações: **I – PODER PÚBLICO - Secretaria de Estado**
10 **da Saúde:** David Everson Uip; Haino Burmester; Silvany Lemes Cruvinel Portas;
11 **Secretários Municipais de Saúde –** Maria Dalva Amim dos Santos; Stênio José Correia
12 Miranda; **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - Entidades com Fins**
13 **Lucrativos –** Erik Osvaldo Von Eye; **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE**
14 **SAÚDE - Representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores na Área da Saúde:** Ana
15 Rosa Garcia da Costa, Renata Thomaz Rosa Vignali, Arlindo da Silva Lourenço;
16 Benedito Augusto de Oliveira - **Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional:**
17 Vagner Urias, Maria de Lourdes Piunti; Ligia Rosa Costa Pereira; Teresa Cristina Lara -
18 **Associações dos Profissionais de Saúde -** Lucia Yasuko Nichiata; **REPRESENTAÇÃO**
19 **DOS USUÁRIOS - Centrais Sindicais:** Benedito Alves de Souza, Arnaldo Marcolino da
20 Silva Filho, Renato de Jesus Santos; Ismael Gianeri - **Setor Empresarial -** José Augusto
21 Queiroz; **Associações de Portadores de Patologia -** Claudio Toledo Soares Pereira,
22 Estevão Soares Scaglione, Alcides Barrichello - **Associações de Portadores de**
23 **Deficiência -** Carlos Jorge Wildhagen Rodrigues - **Movimentos Populares de Saúde:**
24 Luiz José de Souza, Maria Bertolina de Moraes, Glória de Almeida Saraiva Massoni,
25 Roberto Gonçalves Gualtolini, Rosane Victória da Silva, Idreno de Almeida - **Associações**
26 **ou Movimento Populares de Defesa do Consumidor-** Deborah Raquel A. Delage Silva;
27 Rosirene Leme Beraldi Gottardi; **Programa ou movimento Religioso de Defesa da**
28 **Saúde -** João Inácio Mildner – - **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:** **I– PODER PÚBLICO -**
29 **Secretários Municipais de Saúde –** Paulo Villas Boas de Carvalho - **Universidades do**
30 **Estado de São Paulo -** Gustavo Pereira Fraga, Luis Augusto Passeri, Rodney Garcia
31 Rocha, Waldyr Antonio Jorge – **Prestadores Privados de Serviços de Saúde –**
32 **Entidades Filantrópicas:** Meire Cristina Nunes Vieira Rosa Ghilarducci; José Antonio
33 Fasiaben - **Entidades com Fins Lucrativos -** Paulo Sergio Malafaia – **REPRESENTAÇÃO**
34 **DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – Representantes dos Trabalhadores na Área de**
35 **Saúde:** Paulo Sergio Pereira da Silva, Marcelo Carvalho da Conceição - **Associações dos**
36 **Profissionais de Saúde:** Álvaro Nagib Atallah, Rachel Riera, Cleide Lavieri Martins –
37 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – Centrais Sindicais:** Lázaro César da Silva, Eudes
38 Wesley Dias Melo - **Associações de Portadores de Patologia -** Cristina Cagliari,
39 **Movimentos Populares de Saúde -** Leônidas das Chagas Rosa Neto, João Rodrigues
40 Lemes - **Associações de Moradores -** Jorge Morgado, Jarqueline Oliveira do



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



41 Nascimento - **CONVIDADOS** - Arlete Mammana Concilio, Maria Aparecida Deus, Mara
42 Vieira, Carolina Zanata, Maria Adelina Mastelaro, Selma Santos, Maria Aparecida
43 Rodrigues, Geraldo Reple Sobrinho, Maria Ermínia Ciliberti, Eduardo Ruas, Maria
44 Moraes Ferro, Luis Carlos Lins, Flavia Oureiro, Normaci Souza, Maria Cícera de
45 Salles, Thais S. Cristiano Pipolo, Fernanda Lou Sans Magano; Ricardo de Menezes, Vera
46 Lucia Soveral da Silveira, Maria Alessandra Silva, Patricia Lorena Gonçalves, Regina
47 Pedrosa, Sheila Duarte Pereira. Após saudar a todos e todas, a Secretária Executiva do
48 CES SP dá as boas vindas à nova conselheira, representante do Fórum dos Conselhos
49 de Fiscalização Profissional, a psicóloga Teresa Cristina Lara, que substitui o psicólogo
50 Fabio Belloni. Stela enaltece a participação profícua do representante anterior e na
51 sequência, apresenta as justificativas de faltas para essa sessão plenária. Após coloca
52 em votação as atas das Reuniões Plenárias 223^a, ocorrida em 13 de dezembro de 2013
53 e 224^a, de 17 de janeiro de 2014. Ambas foram aprovadas na íntegra, por aclamação. A
54 seguir, passa a palavra para o presidente do CES SP, Dr. David Everson Uip. O
55 presidente cumprimenta os conselheiros e solicita que conste em Ata a homenagem
56 ao futuro Ministro Arthur Chioro e o que representa a sua nomeação para o Estado
57 de São Paulo, em razão de seu compromisso com o SUS. Dr. David comunica sua
58 preocupação na organização do acesso à assistência e a importância do apoio à Santas
59 Casa e Hospitais Filantrópicos. Afirma que o governo do estado de São Paulo através
60 do “SOS Santas Casas”, está repassando recursos para fortalecer essa rede, parceira
61 preferencial do SUS. Os hospitais foram classificados em três tipos para o cálculo dos
62 valores: hospitais estruturantes (referência em atendimentos de alta
63 complexidade/tecnologia), hospitais estratégicos (de médio porte, especializados, que
64 dão retaguarda aos estruturantes) e hospitais de apoio (de pequeno porte). Como a
65 defasagem histórica desses hospitais que recebem pela tabela SUS, varia por
66 complexidade, a SES SP cobrirá as diferenças: os 12 hospitais estruturantes receberão
67 um aporte de 70% relativo à Tabela SUS; os de apoio (hospitais secundários- em torno
68 de 36, com aumento de 40% tabela SUS). Fala da hierarquização da assistência à
69 Saúde e com objetivo de qualificar e organizar a assistência. Comenta também do
70 lançamento do programa estadual do diagnóstico precoce do câncer de mama, para
71 mulheres a partir dos 50 anos e dá o detalhamento sobre as etapas dos
72 procedimentos. Trata-se de um projeto móvel (três carretas) e rodará o Estado todo e
73 com 300 unidades fixas. A primeira unidade será no largo 13, em Santo Amaro. Outro
74 projeto voltado para a Saúde do Homem com a chamada: “Filho que ama leva o pai ao
75 ama”. Implantado após o Carnaval, depois será expandido para o Estado. Outra
76 comunicação refere-se à dificuldade em contratar profissionais médicos e alteração da
77 Lei sobre Plano de Cargos Carreiras e Salários, Lei 1157/2011. Fala sobre a
78 remuneração dos profissionais de Saúde, e sobre a equiparação salarial inicialmente
79 de médicos e odontólogos. Por fim, fala da agenda anual enviada à Assembleia
80 Legislativa do Estado de São Paulo, com datas para Audiência Pública a cada 4 meses e



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



81 está aguardando respostas. Ana Rosa considera que são boas propostas e coloca a
82 importância dessas ações serem incorporadas ao Plano e Programações de Saúde,
83 inclusive com a discriminação dos recursos orçamentários para isso. Questiona
84 também os valores finais da LOA, cuja totalização apresenta uma defasagem
85 significativa para financiamento das ações já previstas. Silvany afirma que os
86 instrumentos de planejamento não refletem e detalham todas as ações e o papel do
87 Conselho é avaliar as diretrizes e metas na sua amplitude e cabe a SES organizar
88 instrumentos para alcançá-los. Benedito Augusto solicita o detalhamento ações do
89 programa da Saúde do Homem e coloca que deveria haver algo mais substancial para
90 propor a crítica ou não. Em relação ao programa de cargos e salários, afirma que seria
91 importante a SES conhecer o que foi proposto pelo Sindicato e gostaria de aprofundar
92 o assunto. Arlindo concorda com todas as proposituras postas pelos conselheiros
93 anteriores e propõe a implantação da mesa permanente de negociação paulista aos
94 moldes das mesas nacional e municipal. Propõe a retomada da mesa de negociação.
95 Dr. David Uip fala que é favorável a Mesa de Negociação e coloca-se a disposição para
96 efetivar essa ação que já foi deliberada com seus parâmetros de instalação pelo
97 Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. A conselheira Ana Rosa afirma que a Mesa
98 de Negociação do SUS não deve ser confundida com a mesa de negociação dos
99 sindicatos. Expõe também sobre o enfrentamento ao crack e outras drogas ilícitas,
100 que é uma ação integrada das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social, de
101 Saúde e de Justiça e Defesa da Cidadania que tem como objetivo o atendimento de
102 usuários de substâncias psicoativas – especialmente o crack – e seus familiares. Fala do
103 papel específico da Saúde que envolve acolhimento e tratamento. Comenta que
104 desenvolver programas, ações e políticas de saúde é prerrogativa do Secretário da
105 Saúde, em sua ação executiva e não abdicará a essa atribuição. O conselheiro Roberto
106 agradece a atuação do Secretário em ação referente a uma município de sua região. A
107 conselheira Ana Rosa comenta que as propostas apresentadas são louváveis, porém
108 remete sua intervenção aos preceitos da Lei Complementar nº 141/2012, que
109 determina que todos os programas, ações, metas e indicadores devem constar do
110 Plano de Saúde e das respectivas Programações Anuais, inclusive com a previsão de
111 desembolso financeiro. Coloca que quer discutir as questões da drogadição, inclusive
112 num programa cujas ações extrapolam a Saúde. O conselheiro Arnaldo Marcolino faz
113 uma reflexão sobre o que é Política Pública. Comenta que quando discutimos Saúde,
114 valorizamos a doença. Entende a complexidade da dependência química, cujas ações
115 não são exclusivas do setor Saúde e, dada a intersectorialidade, a dificuldade de
116 efetivação. Comenta que o Conselho deveria ouvir o Dr. Ronaldo Laranjeira para o
117 Conselho conhecer a proposta. O que o Conselho não pode fazer é deixar de lado sua
118 força e participação social no acompanhamento das políticas públicas, e diz que disso,
119 não se deve abrir mão. Finalizando, pede inclusão de pauta para assuntos relativos à 4ª
120 Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador. A Secretária Executiva comenta que a



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



121 aprovação do Regimento Interno exige pauta exclusiva e sugere, após o término, que
122 seja aberta uma sessão extraordinária do Pleno, para tratar desse assunto, o que foi
123 acatado pelos presentes. Dr. David Uip reitera que o problema do dependente químico
124 é de acolhimento, de inserção na vida. O conselheiro Benedito Augusto fala sobre as
125 atribuições do Conselho Estadual de Saúde e que as ações do Executivo devam ser
126 pautadas neste colegiado para além de mera divulgação. Questiona também a agenda
127 de negociação sindical. O conselheiro Haino expõe que em relação à Lei
128 Complementar nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011, estão sendo realizados estudos
129 e as repercussões do Plano de Cargos, Vencimentos e Salários na Saúde. Benedito
130 Augusto coloca que o Sindsaúde/SP tem propostas e que como conselheiro, quer
131 fortalecimento e agilidade na implementação das ações da Saúde. Dr. Geraldo Reple
132 Sobrinho, coordenador de Serviços de Saúde da SES/SP fala sobre as dificuldades dos
133 hospitais e as medidas tomadas para solucionar mas, afirma que o processo
134 burocrático é muito lento. Em razão da agenda de compromissos, o Secretário da
135 Saúde, Dr. David Uip, despede-se. Tomam assento na presidência da sessão, os
136 membros da Mesa Diretora. Retomando o curso da reunião, a Secretária Executiva
137 solicita a aprovação em bloco das Atas 223 e 224, aprovada, sem emendas por 19
138 votos. Stela comenta que não há quórum deliberativo para prosseguimento da Pauta,
139 uma vez que para mudanças regimentais, é necessário quórum qualificado. Feita a
140 recontagem, foi apresentado número suficiente de conselheiros em condição de voto,
141 20 votantes. A presidência dos trabalhos passa a ser do conselheiro Arlindo, que
142 saúda os presentes do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde
143 de São Paulo e ex-conselheiras estaduais, concedendo a palavra para saudações iniciais
144 dos mesmos: Fernanda Lou Sans Magano conselheira do Conselho Nacional de Saúde
145 pelo segmento dos trabalhadores, que acompanha os trabalhos da 4ª Conferência
146 Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; após à Maria Lúcia Vieira –
147 Sindsaude; Teresa Cristina Lara conselheira recém empossada, indicada pelo Conselho
148 Regional de Psicologia; Luis Carlos Araújo Lima – Conselheiro Municipal de Saúde de
149 São Paulo e membro da CIST municipal; Maria Aparecida Rodrigues “Xuxa” –
150 Conselheira Municipal de Rio Grande da Serra; Selma Maria Silva dos Santos –
151 Sindsaude; Maria Cicera Salles – Assessoria de Gestão Participativa da Secretária
152 Municipal de Saúde de São Paulo. ~~Após passou-se a~~ Na sequência é abordado o
153 primeiro item da pauta, a Homologação da participação do conselheiro Arnaldo
154 Marcolino como palestrante no II Seminário SUS, Equidade e Saúde da População
155 Negra, a realizar-se nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2014, no município de Mauá –
156 aprovado por unanimidade. Em seguida o presidente da reunião, conselheiro Arlindo,
157 encaminha o segundo item da pauta, o Regimento Interno do Conselho Estadual de
158 Saúde. Define que a metodologia a ser empregada será a discussão e leitura dos
159 pontos alterados pelo Grupo de Trabalho constituído para esse fim, sendo que os
160 pontos que não foram alterados serão considerados aprovados, sendo que todos os



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



161 presentes concordam. Define também que os destaques levantados serão
162 esclarecidos/defendidos somente ao final da leitura, realizada pelo assistente técnico
163 Anísio Diego. Após a leitura, realizou-se a defesa dos destaques. O Conselheiro Erik
164 destacou o artigo 3º, inciso II. Refere que no referido dispositivo a escolha do
165 representante era por indicação, e com a proposta de nova redação indicando a
166 possibilidade de eleição, indaga quem poderia votar na escolha dos representantes,
167 que hoje é realizada pelos sindicatos da categoria, e que a lei prevê a indicação e não a
168 | eleição desse segmento. Deliberou-se que será retirad~~ae~~ do texto a menção a eleição
169 desse segmento. A conselheira Ana Rosa destacou o art. 20, II, que trata sobre o
170 ressarcimento dos conselheiros. Questiona que os representantes do governo são
171 custeados pelo Estado, os representantes dos usuários também, mas que os
172 trabalhadores não são custeados pelo governo. O Conselheiro Arlindo contrapõe
173 dizendo que o Decreto que disciplina o ressarcimento impede os reembolsos aos
174 trabalhadores. É proposta a retirada da palavra “usuário” do texto final que será
175 colocado em votação. O Conselheiro Estevão manifesta-se pela mudança na legislação
176 sobre o assunto. O Conselheiro Luiz José propõe que todos os conselheiros sejam
177 custeados pela Secretária de Estado da Saúde. O conselheiro Benedito Augusto
178 convida o Secretário para negociação direta sobre este tema. Proposta nova redação
179 aprovada por aclamação, que será integrada no texto final. Conselheiro Arlindo,
180 exercendo a presidência, solicita a recontagem dos votos, e verifica-se que não tem
181 quantidade suficiente para o quórum qualificado, decidindo aguarda a recomposição
182 do quórum. Considerando a nomenclatura das Comissões, o Conselheiro Benedito
183 Alves destaca o inciso II do art. 58, defendendo inclusão da expressão “e
184 trabalhadora”, pois a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora se
185 refere aos dois gêneros. Stela informa que as comissões não listadas serão
186 incorporadas em outras, para que todos os atuais temas sejam discutidos. O
187 Conselheiro Erik questiona se a partir do momento da aprovação do regimento e da
188 nova formação, as comissões não previstas serão extintas. Arlindo esclarece que as
189 comissões serão extintas, mas que poderão existir Grupos de Trabalho para tratar
190 especificamente de assuntos dessas comissões. Stela tece esclarecimentos sobre o
191 funcionamento e incorporação das comissões. A Conselheira Ana Rosa expõe seu
192 receio na junção das comissões e ressalta a importância da Comissão de Recursos
193 Humanos, que deve tratar somente desse assunto. Arlindo coloca que as propostas
194 deverão ser votadas. Em continuidade, o Conselheiro Carlos Jorge defende a
195 permanência da Comissão de Saúde e Reabilitação da Pessoa com Deficiência. Arlindo
196 esclarece que essa comissão estará incorporada em outra. Conselheira Renata defende
197 a permanência de comissões que são obrigatórias, e questiona em que comissão
198 estarão incluídas, e que devem ser revistas as Comissões de Ciclos de Vida e da Pessoa
199 com Deficiência, e Alimentação e Nutrição. O Conselheiro Benedito Augusto defende a
200 manutenção da Comissão de Saúde e Reabilitação da Pessoa com Deficiência, que é



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



201 questão de política pública e não pode retirar da discussão. Ainda, defende a retirada
202 do termo 'Estrutura' da Comissão de RH, pois seriam muitos assuntos para uma
203 comissão. O Conselheiro Arnaldo Marcolino propõe a mudança de nome da Comissão
204 de Recursos Humanos para Gestão do Trabalho, e também comenta sobre a Comissão
205 de Alimentação e Nutrição. A Conselheira Ana Rosa também defende a retirada da
206 'Estrutura' e alteração no nome da Comissão. A Conselheira Deborah também destaca
207 a retirada da Comissão de Gênero e Ciclos de Vida, e pede o esclarecimento da
208 exclusão da comissão e quer saber onde esses assuntos serão discutidos. A Conselheira
209 Teresa também defende a retirada da expressão 'Estrutura' da Comissão de RH. O
210 Conselheiro Arlindo explica que foi levada em consideração a presença dos
211 conselheiros e a possibilidade de agrupamentos de temas. Encaminha para votação a
212 inclusão da expressão 'e Trabalhadora', e alteração na Comissão de RH. Aprovada por
213 21 votos. Stela defende uma comissão mais ampla, com Grupos de Trabalho. Arlindo
214 defende a não extinção da Comissão de Saúde e Reabilitação da Pessoa com
215 Deficiência, e que agregue a Comissão Ciclos de Vida. Renata defende que deve haver
216 duas comissões, a de Ciclos de Vida abrangendo a de Alimentação e Nutrição, a
217 manutenção da pessoa com deficiência. Stela propõe a alteração do nome da comissão
218 para Políticas de Equidade e esclarece sobre a dificuldade de quórum, propondo assim
219 a incorporação das comissões. Renata reitera a necessidade da comissão de pessoa
220 com deficiência e Stela reitera a dificuldade de composição e frequência dessa
221 comissão, propondo a definição para outra reunião. Ana Rosa propõe que delegue
222 para a comissão definir. Stela propõe que sejam compostas duas grandes comissões,
223 uma para acompanhar a Conferência, e outra para acompanhar os instrumentos de
224 planejamento. Aprovadas as dez comissões com a Comissão de Saúde da Pessoa com
225 Deficiência e a formação das duas grandes comissões para as atividades do primeiro
226 semestre. A Conselheira Ana Rosa faz destaque sobre a possibilidade de veto das
227 Deliberações do Pleno. Stela esclarece sobre a legislação referente ao veto. O
228 Conselheiro Arlindo propõe que seja solicitado à assessoria jurídica parecer sobre o
229 tema e que se discuta a posteriormente. Encaminhado à votação foi aprovado que se
230 discuta posteriormente a questão referente ao veto. A Conselheira Ana Rosa destaca o
231 §6º do art. 75 e debate sobre a inclusão da participação nas comissões. A Conselheira
232 Deborah refere o esforço de adaptar a redação a gênero-sensível, mas que é
233 necessária uma revisão. O Conselheiro Arlindo a designa como relatora para revisar o
234 texto na questão gênero-sensível. Encaminhado para votação o Regimento Interno
235 com as alterações proposta em reunião. Aprovado por com 20 votos, sem abstenções
236 e votos contrários. Deliberações: 1. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do CES, do
237 dia 13 de dezembro de 2014; 2. Aprovação da ata da 224ª Reunião Ordinária do CES,
238 do dia 17 de janeiro de 2014; 3. Homologação da participação do Conselheiro Arnaldo
239 Marcolino como Palestrante do II Seminário SUS, Equidade e Saúde da População
240 Negra, a realizar-se nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2014 no Município de Mauá; e 4.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



- 241 Aprovação do Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde com as ressalvas e
242 observações.
243
244 Ata lavrada por Anísio Diego, Belfari Guiral, Cássia Tubone, Silvia Tropardi e Stela
245 Pedreira